

abordados pela prática da pesquisa social em saúde. Para o autor, o "problema da emergência" é uma questão ainda não resolvida no campo metodológico das vinculações entre o âmbito das ciências sociais e a área da saúde.

Finalizando, enfatiza a importância de priorizar-se a análise da prática teórica, tendo sempre presentes as condições sócio-históricas da produção de conhecimentos científicos, para que "a ciência continue diferenciando-se, cada vez de forma mais clara, pelos seus produtos e pela forma de se chegar a eles" (p. 472).

A competência dos autores e a qualidade dos textos apresentados tornam esse trabalho leitura obrigatória para todos os que se interessam pela área de saúde, especialmente os cientistas sociais, que nele encontram relevantes desafios teórico-metodológicos na fronteira de diferentes disciplinas.

SCHMIDT, Benício e FARRET, Ricardo. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

Bráulio Porto de Matos *

O estudo de Schmidt e Farret procura tornar compreensível o desenho histórico-estrutural da "questão urbana" no Brasil. Lavra, assim, uma resposta possível para a indagação vital seguinte: por que o nível de qualidade de vida desce vertiginosamente nos centros urbanos brasileiros ao mesmo tempo em que a economia ascende à oitava posição no plano mundial?

Percebe-se atualmente entre os analistas um refluxo das globalizações. Por variadas razões: ao *boom* liberal corresponde um certo temor de ser taxado de totalitário; a diluição do excedente político imediato na universidade constitui uma crise de identidade das ciências sociais profundamente fragmentarizante. *A Questão Urbana* força o horizonte estreito da falsa crítica e da segmentação artificial aventurando-se como análise totalizante. Os autores cuidaram de superar a *visão técnica unidimensional*. Via de regra, os esforços interdisciplinares, além de raros, têm fracassado por imobilismo. Doutra parte, eventuais resultados positivos justificam tal empresa. A consistência nos termos da economia política e a ausência de colagem mecânica entre as óticas do direito e da ciência política (SCHMIDT) e da arquitetura e urbanismo (FARRET) indicam que uma síntese concreta de perspectivas conceituais supõe uma formação suficientemente sólida ao ponto das bagagens "secundárias" viabilizarem um diálogo mutuamente construtivo entre os pesquisadores.

Ademais esforço generalizador realizado não incorre em formalismo. É *indutivo*, na acepção de Guerreiro Ramos e por isso o mé-

* Mestrando em Sociologia na Universidade de Brasília.

todo se historiciza. Poder e capital se especializam e são especializados. Também no caso brasileiro o processo capitalista de "formação sócio-espacial" não se conforma indiferentemente com o regime de regulação político-institucional em curso. Daí o corte analítico no texto entre "a cidade do populismo" e "a cidade do autoritarismo".

No Brasil, o processo de urbanização pré-industrial não foi fundamental. Fundamental, todavia, é a *disfunção estrutural* instituída aqui entre a urbanização e a industrialização, fazendo com que o incremento populacional se desse às expensas do crescimento industrial. Disso resulta que "o urbano se desloca desse processo e passa a concentrar fenômenos mais extensos e profundos que os da industrialização". Em verdade a genealogia da questão urbana finca raízes mais diretamente na segunda metade desse século, especialmente da década de 50, quando emerge no horizonte histórico da sociedade global o que Schmidt e Farret denominam "a promessa da cidade", i.e., o prognóstico coletivo, ainda que política e vivencialmente difuso, de que, associado ao processo de desenvolvimento econômico nacional, a cidade viesse abrigar e simbolizar a conquista de um novo país, *moderno, industrial e democrático*. Hoje, após a ditadura, a "questão urbana" enfeixa provavelmente o mais denso conjunto de "problemas sociais" da civilização (e barbárie) brasileiras.

Expressiva e peculiar também sempre foi a ação do Estado no Brasil. Na resultante político-administrativa atualizada, o Estado tem confirmado seu funcionalismo contraditório, ao mesmo tempo fornecendo as condições gerais da produção nos moldes de um regime de acumulação capitalista monopolista mais ou menos brutal e operacionalizando, com certa competência, estratégias indispensáveis para legitimar sua ação gerencial sobre o capital social. Demonstram os autores que o sentido da gerência estatal alterou-se na passagem do ciclo populista para o militar-autoritário, quer nos termos das estratégias de dominação, substituindo-se a *cooptação* pela *exclusão*, quer nos termos do escopo da intervenção na economia, agora reorientados pela hegemonia de um novo modo de desenvolvimento. O estado intensificou incrivelmente o uso contraditório da cidade, atentando para o urbano como *locus* por excelência do capital mas desatentando quase por completo para a equipamentação mínima do mesmo, comprometendo assim a própria reposição (fisiológica!) da força de trabalho. O deslanchamento do processo de *espoliação urbana* resultou na polarização da estrutura urbana entre uma *cidade legal*, habitada pela minoria usufruinte dos programas de beneficência urbana, e uma *cidade ilegal*, essa malha de sub-habitações totalmente desprovida e desprotegida de legislação jurídico-urbanística.

A grande crise internacional pós 69/73 tem provocado internamente uma socialização diferencial dos custos da reacomodação político-econômica. O fiel da balança tem pendido para um verdadeiro "desinvestimento social" em áreas vitais como habitação, sanea-

mento, transportes urbanos, saúde etc. O nível dos investimentos em programas urbanos, já parques, caiu, em 1984, a 11,7% do que era em 1976.

Ao reconstruírem o itinerário da ação estatal na organização da cidade para o capital desde 64 para cá, os autores chamam nossa atenção para alguns momentos importantes (pp. 64-72): compensou-se a desmobilização política e as decisões de fato antipopulares com a estratégia (ilusória?) da política habitacional. Surge o BNH e o SFH, financiados com parcela do recém-criado FGTS, "substituto" da estabilidade no emprego. Com isso centraliza-se autoritariamente na tecnocracia a gestão da política habitacional, diversamente do que faziam os Institutos e Pensões sobremodo no segundo governo Vargas. Demonstram os autores que a nova política serviu menos para construir moradias populares e mais para viabilizar um sistema financeiro poderoso. Isso fica mais patente sobretudo com a extra-polação da ação do sistema para programas de "desenvolvimento urbano" e com a institucionalização do BNH como banco de segunda linha, verdadeiro transferidor de dinheiro dos salários para bancos privados. De 73 em diante: o Estado, à guisa de legitimação e abertura de novas frentes de investimento social, amplia seu raio de ação no contexto urbano (criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e das importantes áreas metropolitanas). Vê-se entretanto envolvido com um novo momento de crise de reprodução na acumulação mundial que força, como se disse, o desinvestimento em gastos sociais. Paradoxo aparente, contradição real: metido na crise, o estado se vê pressionado a ampliar o aporte institucional das agências públicas responsáveis pela gerência da questão urbana.

A vasta informação empírica manipulada pelos autores proporciona ao leitor uma visão do compasso resultante entre a "promessa" e o realizado. As epidemias recentes encontram aí sua "razão de ser".

A ampliação do lastro da mobilização popular, mais pela via sindical revigorada e pelas novas organizações civis, e menos pela via parlamentar, faz-se acompanhar de uma competente *transição política dentro da ordem política* (sic). No Capítulo "Para reverter o quadro: uma agenda de prioridades" os autores assumem a dimensão política de sua prática teórica. Tal construção crítica passa pelos seguintes pontos: 1 — Política urbana; 2 — Emprego urbano; 3 — Lei do Desenvolvimento Urbano; 4 — Gestão Urbana; — 5 Transportes Urbanos; 6 — Federalismo e Mudanças Institucionais.

Farret e Schmidt reconhecem essa agenda no contexto complicado da engenharia política e da organização popular, sendo assim necessário abrir a caixa preta da "nova república" em relação à questão urbana. Contra o fato positivo da criação do MDU (Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) concorre, por exemplo, seu silêncio face a questões de base como a "política urbana", a "proteção ambiental" e mesmo a "política habitacional" que, apesar

de evidenciar-se mais na agenda ministerial, tem recebido um tratamento "em nível de um inócuo varejo", como criticam os autores.

Entende-se, portanto, que o desafio próximo para incrementar mudanças no quadro urbano atual será combinar uma grande intervenção estatal no tratamento da problemática social urbana com a descentralização dos poderes, concentrados nas mãos de uma tecnoburocracia zelosa de seus interesses e de um *centro político* cada vez mais explicitamente liberal-conservador (Maciel-Sarney-Funaro), concorrendo ainda contra as expectativas mais otimistas a montagem de um poder constituinte hegemônico pela lógica da politicagem profissional. A questão é saber se a *promessa da cidade* será agora postergada pelo casamento tragicômico entre um populismo à direita que nem sequer passou pelo teste das urnas e um discurso liberal carcomido pelo vazio histórico e pelo bacharelismo conivente com a autocracia.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul. O Cooperativismo empresarial e a expansão do Capitalismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Co-edição L & PM editores e ANPOCS, 1986.

Eduardo Biavati Pereira *

"Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul" foi premiado como a melhor tese de mestrado no I Concurso de teses universitárias promovido pela ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) em 1985.

A contribuição mais geral do texto é a formulação teórico-sociológica específica sobre o capitalismo agrário, em que se desenvolve o Cooperativismo, identificando os processos globais em que está inserida a economia agrícola gaúcha.

Dessa forma, visando preencher a lacuna deixada pelo parco tratamento teórico-crítico do fenômeno cooperativo, o trabalho consiste em uma tentativa de análise histórico-estrutural do cooperativismo.

A questão principal a ser respondida aqui é a seguinte: qual é a relação entre o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo na estrutura da produção agrícola do Rio Grande do Sul?

Para tanto, parte-se da hipótese geral de que o cooperativismo agrícola se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Como um mecanismo que viabilizou a transformação capitalista da agricultura, subordi-

* Aluno do curso de Sociologia da Universidade de Brasília e Vencedor do Prêmio Fiat de Monografias de 1986.